

Fernando Pedreira

**P**u Yi foi o Último Imperador. Muito antes dele, ainda nos tempos do Primeiro Imperador, o príncipe de Yen contratou os serviços de um célebre cavaleiro errante, Ching K'o, o mesmo que, anos mais tarde, tentaria assassinar o próprio soberano. Ching K'o era um homem de grande encanto e talento, e logo o fraco príncipe caiu sob o seu domínio. Dia a dia o cavaleiro aumentava sua influência e, como uma esposa cruel e tirânica, fazia pedidos cada vez mais extravagantes.

Certa noite, o príncipe mandou exibir-se em palácio uma extraordinária tocadora de alaúde que lhe havia sido presentada pelo príncipe de Chao. A moça era linda, com a pele muito clara, ombros suaves e uma silhueta tão graciosa quanto um ramo de cerejeira. Quando tocava, seus dedos ágeis e leves pareciam animados pelo próprio gênio da música. Depois de observá-la por muito tempo, Ching K'o, o cavaleiro errante, disse: "Que mãos maravilhosas ela tem!" "Se você a quiser, ela é sua", apressou-se a responder o príncipe. "Não. Tudo o que eu queria eram as suas mãos", retorquiu o cavaleiro.

Na manhã seguinte, um jovem pajem trouxe-lhe uma caixa de sândalo, incrustada de jade e fechada com um fecho de cobre. Ching K'o abriu-a. Sobre um forro de seda verde-pálido repousavam duas pequenas e brancas mãos, com as unhas nacaradas e os punhos rodeados por um fino anel de sangue, que acentuava ainda mais sua estonteante alvura. Ching K'o sorriu, e fechou a caixa. (Jean Lévi, *The Chinese Emperor*, trad. de Barbara Bray).

A China é a segunda civilização mais antiga da Terra e sua longa história contém lições memoráveis. Muitas dessas lições concernem uma questão que, ainda hoje, no limiar do vigésimo primeiro século, a maioria dos homens não pôde resolver satisfatoriamente: a questão do poder.

Tanto quanto uma alcatéia de lobos ou uma manada de animais selvagens, as comunidades humanas precisam de um comando, uma liderança que ordene suas atividades e as oriente e proteja. Muito cedo, entretanto (Ching K'o e o príncipe de Yen foram contemporâneos da Roma antiga), mostrou a experiência que, nas mãos dos homens, o poder tende a assumir formas frequentemente monstruosas, horrendas e, até, anti-humanas — porque contrárias não só à conveniência do rebanho, mas mesmo ao progresso e à sobrevivência da espécie.

Não há caso de alcatéia de lobos cujo líder seja um animal fraco, inapto ou malformado. Entre os humanos, entretanto, uma das manifestações mais curiosas e perversas da degenerescência do poder — e também uma das mais comuns nas sociedades decadentes — é a entrega dos postos de comando, dotados de enormes poderes, a indivíduos débeis, mentais e fisicamente inaptos, corrompidos e incapazes de governar.

O filme de Bernardo Bertolucci, que vem de arrebatar nove Oscars e está encantando as platéias do mundo inteiro, é apenas um caso patético e espetacular de uma história que, em termos mais humildes e modestos, se repete com demasiada frequência entre os homens — e não só entre as nações, mas em comunidades menores, Estados, exércitos, empresas, seitas religiosas.

O anti-herói Pu Yi, o Último Imperador de Bertolucci, é um pobre diabo, fraco e incapaz sequer de perceber o que se passava no mundo à sua volta. Seus anacrônicos poderes não o impediram de ser um brinquedo dos eunucos do palácio; depois, um brinquedo de luxo dos *war-lords* da República e, afinal, o fantoche dos militares japoneses na Mandchúria.

As lições da história, talvez mais do que quaisquer outras, não devem ser aplicadas mecanicamente, nem podem servir a paralelos apressados. Seria sem dúvida exagerado supor que as calamidades e tragédias da Cidade Proibida de Pequim, no início do século, pudessem de algum modo refletir-se nos palácios de Brasília, uma cidade hoje aberta (ou entreaberta), graças aos bons fluidos democráticos da Nova República.

E, entretanto, (ao menos para um observador brasileiro), como não ver no malogrado e infeliz Pu Yi uma espécie de super-Sarney do Extremo Oriente — o produto derradeiro de uma poderosa dinastia que sagrou inúmeros todo-poderosos generais-presidentes, e hoje vê o seu último rebento perder-se entre os tumultos de uma República rebelde aos mais elementares valores dinásticos.

O nosso Pu Yi, tanto quanto o outro, chinês chegou ao poder sem saber como; governou-nos, nos primeiros tempos (a longa infância do seu governo), enquadrado pelos eunucos do PMDB e do PFL. Mais tarde, (ainda agora), teve que chamartos soldados da República (e o Antônio Carlos Magalhães) para impor alguma ordem no seu próprio palácio. E não parece longe o dia em que o nosso Pu Yi acabará por transformar-se no mero fantoche dos militaristas "japoneses", isto é, daqueles que até hoje seguem as idéias do falecido general Góis Monteiro, que aconselhava seus pares a "pensar niponicamente".

De um risco, contudo, estamos (e estaremos) para sempre livres. Por piores que sejam a inflação e a estagnação, por mais dura e amarga que possa ser a fase "nipônica" do seu governo, não é de crer que o nosso Pu Yi crioulo venha a ser um dia aprisionado pelos soviéticos e entregue por eles ao camarada Prestes para ser transformado em jardineiro. As plantas, ao menos, salvam-se.

Outra lição chinesa sobre o poder nos vem (apud Bertrand Russell) do sábio Confúcio. Conta ele que, certa vez, nas proximidades do monte Tao, encontrou uma pobre camponesa que chorava desconsoladamente porque havia perdido o marido e o filho mais velho, ambos vítimas dos bandos de tigres ferozes que infestavam a região.

Perguntou-lhe Confúcio por que insistiam os camponeses em viver num lugar tão perigoso, e a mulher respondeu: "Porque, aqui, o governo é justo e os impostos são razoáveis." Voltando-se então para os discípulos que o acompanhavam, o sábio concluiu: "Vejam vocês que, para a gente do povo, um governo injusto e voraz é pior do que um bando de tigres famintos."

No Brasil, não temos tigres. Temos o governo